

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Tem limite

O presidente Lula tem dito que não vai interferir na eleição da Câmara. Até aí, tudo bem. Mas um candidato que queira guerrear com o governo em relação ao Orçamento não será aceito. Tudo terá que ser negociado e com muita calma. É nesse equilíbrio que apostam os pré-candidatos Marcus Pereira, do Republicanos, e Antonio Brito, do PSD.

## Onde há fumaça...

Volta e meia, alguém menciona a necessidade de tirar o benefício de gastos com saúde do Imposto de Renda para colocar esse valor no Sistema Único de Saúde (SUS). No passado, não foi para frente, porque os parlamentares barraram. Agora, esse tema começa a ser citado aqui e ali. Em ano eleitoral, porém, ninguém vai mexer com isso.

## Sem intrigas

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, e o ex-presidente Jair Bolsonaro foram bem recebidos na convenção de Ricardo Nunes em São Paulo. Com a chegada de Luiz Datena à disputa, o apoio que era visto com alguma desconfiança por alguns integrantes do MDB agora é fundamental.

## Disputa olímpica

Os deputados paulistas estão convencidos de que a eleição em São Paulo será decidida no detalhe e deve seguir com empate até o final. Por isso, não dá para desprezar nenhum aliado.

# Guerra orçamentária ajuda Elmar



Feitas as contas entre os partidos, a avaliação de muitos deputados é a de que o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, tem mais a ganhar nessa queda de braço a respeito do poder de controlar o Orçamento da União. Os deputados estão convencidos de que há uma parceria entre o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o governo Lula para tirar esse controle do Congresso. E já existe uma certeza nos bastidores de que a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados terá como principal bandeira a força para manter a Câmara e o Senado no comando

do processo orçamentário. Aliás, a coluna havia revelado essa bandeira em junho.

» » »

A preços de hoje, avaliam alguns, quem tem mais pulso para manter o Parlamento com plenos poderes ou negociar de forma a preservar ao máximo a vontade dos deputados é Elmar, na Câmara, e Davi Alcolumbre, no Senado. Vencerá quem conseguir convencer a Casa de que o Parlamento manterá seu poder sobre os recursos.

## CURTIDAS

**A aposta de Tarcísio/** Ao falar na convenção do MDB que chancelou a candidatura do prefeito Ricardo Nunes à reeleição na capital paulista, o governador Tarcísio de Freitas focou no trabalho conjunto entre eles. “Não há como fazer transformação se não houver essa parceria entre governo e prefeitura. (...) São 11 partidos nessa frente ampla.”

**Empata, aí/** O governador também se referiu à construção de moradias, tema em que o candidato do PSol, Guilherme Boulos, nada de braçada. “Juntos, prefeitura e governo do estado estão fazendo mais de 50 mil unidades na cidade de São Paulo. Vocês, do movimento de moradia: aqui vai ter moradia de verdade.”

**Gastão e Israel/** A Câmara de Educação Básica do Conselho de Educação (CNE), com oito integrantes, terá a participação de dois ex-deputados especialistas no setor. Professor Israel, do PSB; e Gastão Vieira, do antigo PROS, do Maranhão.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Enquanto isso, no Senado.../** Coordenador da comissão especial que analisará a regulamentação da reforma tributária no Senado, o senador Izalci Lucas (PL-DF), **na foto**, lista ainda outros temas prioritários para a volta dos trabalhos da Casa esta semana, em especial, as discussões sobre os recursos para compensar a desoneração da folha de pagamentos, em que o governo acredita que perderá R\$ 18 bilhões. Serviço não falta, mas o Congresso só voltará a trabalhar a plenos pulmões depois da eleição municipal.

## MARCO TEMPORAL

# STF quer acalmar os ânimos

Nova tentativa de conciliação começa amanhã, com série de audiências que devem ocorrer até 18 de dezembro deste ano

» RENATO SOUZA

O marco temporal das terras indígenas, que virou tema central de rusgas entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional no ano passado, volta nesta semana ao centro das atenções. A Corte inicia amanhã uma série de audiências públicas para discutir a tese. Os encontros ocorrem na modalidade de audiência de conciliação, em que se tenta estabelecer um acordo entre as partes. De um lado, estão povos indígenas, que reivindicam direito sobre terras ocupadas. Do outro, entidades do setor agropecuário, garimpo e políticos que aprovaram uma lei que estabelece o marco.

No ano passado, o Supremo declarou que a existência de um marco para decidir quais terras podem ou não ser ocupadas por povos tradicionais é inconstitucional, ou seja, não encontra respaldo na Carta Magna. No entanto, logo depois, o Congresso aprovou uma lei que trata do tema e, na prática, revisa a decisão tomada pelos ministros da Suprema Corte. A decisão aumentou a tensão em reservas de todo o país e leva ao aumento da violência nas comunidades, que são invadidas e alvos de disputadas.

As audiências ocorrem por decisão do ministro Gilmar Mendes, relator das ações que pedem a suspensão do marco temporal. Ele determinou a criação de uma comissão especial de conciliação para tratar do tema. A previsão é de que os trabalhos estejam concluídos até 18 de dezembro deste ano, o que pode jogar uma decisão da mais alta Corte do país sobre o assunto para

Andressa Anholete/SCO/STF



Demarcação foi aprovada no Congresso, após ser rejeitada pela Corte

o ano de 2025, estendendo os debates e as frequentes disputas entre o Judiciário e o Legislativo.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) terá seis representantes no grupo. A Câmara e o Senado terão três membros cada, e o governo federal, quatro. O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), foi escolhido pelo Fórum Nacional de Governadores para ser o representante do grupo na comissão.

A escolha de uma conciliação para tratar de temas relevantes divide especialistas e setores da sociedade. A conciliação permite a participação de outros poderes, instituições e entes envolvidos. Porém, gera interferência na decisão, que poderia ser puramente baseada na interpretação da Constituição.

Ariel Uarian, advogado e mestre em Direito Constitucional, destaca que a escolha da maneira de atuar no caso gera críticas. “O STF vem

utilizando o instituto das audiências de conciliação para tentar encontrar consenso em temas que apresentam uma divisão de posição muito clara e muito ostensiva. Entretanto, parte da comunidade jurídica e da academia diverge um pouco desse procedimento, sob o argumento de que isso fragiliza a defesa de direitos fundamentais”, explica.

Leandro Marmo, advogado especialista em Direito do Agronegócio, afirma que o Supremo decidiu acalmar os ânimos e evitar novos embates. “O Tribunal está apostando na missão homérica de encontrar um ponto comum de entendimento entre os diversos interessados (governo, comunidades indígenas, agricultores, organizações não governamentais etc.) e integrá-los na resolução do conflito. O objetivo final, claro, é viabilizar uma solução aceitável para todos os lados e encerrar definitivamente a questão”, destaca.

Informe Publicitário

## ESCLARECIMENTO PÚBLICO

A PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS vem a público **esclarecer a verdade** a respeito do contrato de locação firmado junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape).

- Em 2021, após a realização de **chamamento público** que contemplou a participação de vários licitantes, restou vitoriosa a proposta da PAULO OCTAVIO, que **ofereceu aluguel mensal inferior aos valores indicados por avaliações da Terracap e CVM**, incluindo IPTU, TLP, seguro predial, manutenção de ar-condicionado e elevadores, sistema de CFTV, gerador e demais despesas de manutenção predial.
- Para atender às exigências da Seape, a empresa realizou **investimentos no valor de R\$ 2.115.000,00** (dois milhões e cento e quinze mil reais), sem ônus para o órgão público.
- O contrato foi prorrogado após a manifestação favorável das mais variadas entidades, **inexistindo dúvidas em relação à sua exatidão, legalidade e lisura**.
- A PAULO OCTAVIO já demonstrou a **vantajosidade e economicidade para a Administração Pública**.
- Com 50 anos de trabalhos dedicados ao desenvolvimento econômico da capital e à geração de empregos, **permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento adicional**. Diante do exposto, estamos seguros de que qualquer denúncia não se sustenta frente a **verdade dos fatos**.

Brasília (DF), 4 de agosto de 2024.



ACESSE O QR CODE E CONHEÇA TODOS OS DETALHES DESSE CONTRATO.

PaulOOctavio